

**HABEAS CORPUS Nº 545.343 - AC (2019/0339742-3)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : IGOR BARDALLES REBOUCAS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : FRANCISCO SILVANO RODRIGUES SANTIAGO - AC000777  
IGOR BARDALLES REBOUCAS - AC005389  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE  
**PACIENTE** : WITALO JOHNATAN FARIAS CARNEIRO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em benefício de WITALO JOHNATAN FARIAS CARNEIRO, contra v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Acre**.

Depreende-se dos autos que o ora paciente teve sua prisão preventiva decretada pela prática, em tese, dos delitos previstos no art. 288 e no art. 157, § 2º, inciso II, § 2º-A, inciso I, § 3º, inciso II, ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** perante o eg. Tribunal **a quo**, por meio do qual buscava a revogação da prisão preventiva. O eg. Tribunal de origem, à unanimidade, denegou a ordem, em v. acórdão assim ementado:

*"CONSTITUCIONAL. PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO SEGUIDO DE MORTE. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. EXPEDIÇÃO DE SALVO- CONDUCTO. IMPOSSIBILIDADE. PRESSUPOSTOS PREENCHIDOS. DECISÃO CAUTELAR FUNDAMENTADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INADMISSIBILIDADE. MANUTENÇÃO NECESSÁRIA.*

*1. Presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar, e, encontrando-se devidamente fundamentada a decisão, mantém- se o decreto preventivo.*

*2. As condições pessoais favoráveis não garantem a revogação da prisão preventiva quando há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia.*

*3. Impossível aplicar as medidas cautelares diversas da prisão, eis que a segregação cautelar foi decretada de acordo*

*com fatos concretos apurados até o momento.*

*4. Habeas corpus conhecido e denegado." (fl. 584).*

Daí o presente **mandamus**, no qual o impetrante repisa os argumentos lançados no **writ** originário, reafirmando a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea a justificar a decretação de sua segregação cautelar, reforçando que as condições pessoais do paciente seriam favoráveis.

Requer, ao final, a revogação da prisão preventiva, para que possa o paciente permanecer em liberdade.

A liminar foi indeferida às fls. 604-605 e as informações foram prestadas às fls. 609-648.

O Ministério Público Federal, às fls. 650-656, manifestou-se pela denegação da ordem, em parecer ementado nos seguintes termos:

*"HABEAS CORPUS. ROUBO DUPLAMENTE QUALIFICADO, LATROCÍNIO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 157, § 2º, II E § 2º-A, I, § 3º, E 288 DO CÓDIGO PENAL), (ART. 157, , DO CÓDIGO PENAL).*

*PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. OBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. GRAVIDADE CONCRETA DAS INFRAÇÕES PENAIS. PACIENTE FORAGIDO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM." (fl. 650)*

É o relatório.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar

constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para a proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Desta forma, **incabível o presente mandamus, porquanto substitutivo de recurso ordinário.**

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

**Inicialmente**, cumpre ressaltar que o art. 932, III, do Código de Processo Civil, aplicável por força do art. 3º do Código de Processo Penal, estabelece como incumbência do Relator *"não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*

Na mesma linha, o Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, em seu art. 34, inciso XVIII, alínea **a**, dispõe que **o relator pode decidir monocraticamente** para *"não conhecer do recurso ou pedido inadmissível, prejudicado ou daquele que não tiver impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida"*.

Pretende o impetrante, **em síntese**, a revogação da prisão preventiva, em razão de suposta ausência de fundamentação do decreto prisional.

Sobre o tema, cumpre ressaltar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, **ex vi** do artigo 312 do Código de Processo Penal.

A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias

superiores (v.g. HC n. 93.498/MS, **Segunda Turma**, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 18/10/2012).

Nesse sentido é a sedimentada jurisprudência desta eg. Corte: HC n. 449.354/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 28/06/2018; HC n. 423.503/SP, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> Maria Thereza de Assis Moura, DJe de 14/03/2018; RHC n. 82.459/CE, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 22/09/2017; AgRg no HC n. 382.353/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 04/04/2017.

Tal advertência, contudo, não se aplica ao caso em exame. Transcrevo, para delimitar **a quaestio**, o seguinte excerto do decreto prisional primevo, **in verbis**:

*"Trata-se de Representação pela Conversão da Prisão Temporária em Preventiva ajuizado pelo Delegado de Polícia Civil titular do Bujari [...] bem como pela prisão preventiva dos indiciados DANIEL LÚCIO ALVES, vulgo "Cawboy", brasileiro, natural de Jarú/RO, filho de Moacir Alves Luiz e Nilda Lúcio, RG 1363449-6, residente e domiciliado na BR 364, Km 86, Ramal do Cacau, Km 18; WITALO JOHNATAN FARIAS CARNEIRO, vulgo "Caititu", brasileiro, natural de Rio Branco/AC, filho de Izacar Félix Carneiro e Betânia Ricardina de Farias, RG 12528004-8 e TANAILDO ARAÚJO DA SILVA DA CUNHA, brasileiro, natural de Rio Branco/AC, filho de João Mota da Silva e Maria de Nazaré Alves de Araújo, RG 463.043 SSP/AC, residente e domiciliado na rua João Borges, Centro de Bujari/AC.*

*[...]*

*Aduz a vítima que na data de 16/06/2019 estava em seu quarto deitado quando por volta das 20h00min repentinamente notou que os cachorros passaram a latir insistentemente. Logo escutou um barulho forte advindo da porta dos fundos da residência, local por onde os autores adentraram mediante arrombamento.*

*Na sequência os criminosos depois de adentrarem a residência três autores renderam uma das vítimas, sendo que um dos autores era branco baixo com cabelos pintados tipo luzes e os outros dois comparsas altos e morenos. Uma das vítimas permaneceu rendida por dois comparsas. No momento da prática criminosa a vítima fatal disse: "... o que é isso o que está acontecendo? Pare com isso...", logo foi ouvido um disparo de arma de fogo e em seguida os autores empreenderam fuga pela porta da cozinha por onde haviam entrando. Em verificação ao local as demais vítimas encontraram Laurinete Ribeiro da Costa caída ao chão sem vida.*

[...]

Em sede policial a testemunha BEATRIZ CANUTO DA SILVA, confirmou que estava na casa de seu irmão, ora representado KENNEDY, quando escutou a pessoa de COWBOY ( identificado como DANIEL LÚCIO ALVES) **chamando CAITITU (identificado como WITALO JOHNATAN FARIAS CARNEIRO), PORQUINHO (identificado como THIAGO FERREIRA DA SILVA), FRANK e seu irmão KENNEDY** para juntos cometerem um roubo em um local onde já havia trabalhado, sendo que pegariam armas e dinheiro. Então os autores saíram em um carro conduzido por um sexto envolvido identificado, cujo nome TANAILDO ARAÚJO DA SILVA DA CUNHA, tendo retornado aproximadamente duas horas depois para o mesmo local, Com o retorno a testemunha escutou os autores narrando toda a prática criminosa, inclusive descreveu que após um disparo de arma de fogo efetuado por uma das vítimas ambos fugiram levando apenas um aparelho celular da vítima.

[...]

Em sede policial, depois de preso o representado FRANK DWNDERSON ALENCAR em colaboração com as investigações confessou sua participação no crime onde descreveu toda a dinâmica de planejamento e execução do crime. **Em seu depoimento confirmou a participação dos representados KENNEDY RIBAMAR DA COSTA, THIAGO FERREIRA DA SILVA (Alcunha "PORCO"), DANIEL LÚCIO ALVES (alcunha COWBOY), WITALO JOHNATAN FARIAS CARNEIRO (alcunha CATITU) e TANAILDO ARAÚJO DA SILVA DA CUNHA no crime praticado.**

Conforme narrado, **os representados identificados são integrantes de um grupo que vem atuando na zona rural desta municipalidade** aproveitando das dificuldades de atuação do policiamento ostensivo, reiterando assim na prática delitiva em apuração.

[...]

Analisando os autos, verifico que o processo em exame trata de crime doloso, punido com reclusão (roubo majorado com concurso de pessoas, uso de arma de fogo e morte, tipificado no artigo 288, artigo 157, § 2º, inciso II, § 2º-A, inciso I, § 3º, inciso II.), nos moldes do artigo 313, I, do Código de Processo Penal.

A autoria e materialidade do crime estão comprovadas pelo depoimento das vítimas às 50/51 e 53/54 e das testemunhas às fls. 33, 39, 41, 48, 58, 60, 70 e 137, bem como pelo Relatórios de Ordem de Missão Policial de fls. 74/83 e 143/148 e interrogatórios de THIAGO FERREIRA DA SILVA (fl. 134/135) e FRANK D'ANDERSON DE ALENCAR LIMA (fl. 138/140), os quais narram toda a empreitada criminosa e apontam os demais participantes.

A necessidade de se prevenir a reprodução de novos delitos é motivação bastante para prendê-los (STF, HC 95.118/SP, 94.999/SP, 94.828/SP e 93.913/SC).

**Logo, demonstrado o requisito da garantia da ordem pública,** sendo oportuno consignar que crime cometido no caso em comento deixa a população em estado de choque, perplexa.

*Pelo exposto acima, tendo em vista a gravidade do delito que atinge a ordem pública, encontram-se nos autos os pressupostos legais para a concessão da medida cautelar ora pleiteada, principalmente para a GARANTIR A ORDEM PÚBLICA e ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL [...]" (fls. 227-230, grifei).*

Por oportuno, transcrevo também o seguinte excerto do v. acórdão reprochado:

*"Constata-se que as provas produzidas até o momento trazem segurança da existência dos indícios de autoria e materialidade.*

*[...]*

*Conforme se observa, a decisão que decretou a prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada em elementos concretos e por estarem presentes os requisitos dos arts. 312 e 313, inciso I, ambos do Código de Processo Penal [...]*

*A prisão cautelar do Paciente foi fundamentada para resguardar a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal pois o fato reclama providências pelo Judiciário para reprimir e combater a insegurança gerada e possíveis consequências ainda mais graves com a reiteração de ações delituosas.*

*[...]*

*O crime merece reprovação mais ainda por se tratar de Paciente que em conluio com outros cinco agentes, supostamente, cometeram o crime de Latrocínio, que causou, inclusive, tremenda comoção social no pequeno município de Bujari, evidenciando sua periculosidade.*

*A segregação também visa coibir a prática de novos delitos, obstando-se a ação do Paciente em suprimir ou alterar as provas contra si.*

*Vale frisar, ainda, o fato de o Paciente encontrar-se foragido, comparecendo aos autos somente por seus patronos, em razão da negativa de citação pessoal.*

*[...]*

*Desproporcional seria a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, porque estas só podem ser adotadas se forem adequadas e suficientes ao caso, o que, todavia, não ocorre.*

*Repise-se, o Paciente encontra-se foragido." (fls. 587-598, grifei).*

Ora, da análise dos excertos transcritos, observa-se que a segregação cautelar do paciente está devidamente fundamentada em **dados concretos extraídos dos autos**, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para **garantia da ordem pública**, notadamente em razão da forma pela qual

o delito foi em tese praticado, consistente em **latrocínio, cometido em concurso de 5 agentes, com restrição da liberdade das vítimas, uma das quais foi morta por disparo de arma de fogo**, o que revela a gravidade concreta da conduta e justifica a imposição da medida extrema, **na hipótese**.

Acerca do tema, cito os seguintes precedentes desta eg. Corte Superior:

*"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. PRISÃO CAUTELAR MANTIDA POR OCASIÃO DA PRONÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO COM EMPREGO DA TÉCNICA PER RELATIONEM. VALIDADE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA DA CUSTÓDIA CAUTELAR. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. SEGURANÇA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. TESTEMUNHAS AMEAÇADAS. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INVIÁVEIS. RECURSO DESPROVIDO.*

*I - 'É suficiente a fundamentação lançada per relationem na sentença de pronúncia para manter a prisão cautelar, se se reporta à decisão que apresentou motivos reais da necessidade da segregação' (HC 327.069/PI, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe 03/02/2016).*

*II - Na hipótese, o juiz singular não apenas reiterou os termos do decreto de prisão preventiva originário, mas adaptou as suas razões ao novo cenário fático-processual, em cumprimento da determinação contida no art. 413, § 3º, do Código de Processo Penal.*

*III - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. A prisão preventiva, portanto, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores.*

*IV - A custódia cautelar do recorrente se legitima, em razão de sua periculosidade social, para a garantia da ordem pública, tendo-se em vista a gravidade concreta do delito por ele supostamente praticado - em coautoria e com unidade de desígnios com o corréu -, evidenciada no seu modus operandi: homicídio cometido com extrema violência, em plena via pública, sem nenhuma chance de defesa para a vítima, que foi atingida*

*por cinco disparos de arma de fogo, em cumprimento a ameaças de morte feitas no dia anterior.*

*V - A prisão preventiva do recorrente está justificada também na necessidade de assegurar a instrução criminal. A referida motivação não restou superada, mesmo após o esgotamento da primeira fase do procedimento de julgamento no Tribunal do Júri. As instâncias ordinárias entenderam que está demonstrado que o recorrente impõe temor relevante nas testemunhas e estas ainda poderão ser ouvidas perante o Conselho de Sentença, sendo responsabilidade da justiça garantir que o seu depoimento ocorra livre de constrangimentos.*

*VI - Revela-se inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.*

*Recurso ordinário desprovido" (RHC n. 80.191/PR, Quinta Turma, de minha relatoria, DJe de 22/3/2017, grifei).*

**"RECURSO EM "HABEAS CORPUS". CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. ROUBO QUALIFICADO. VÍTIMAS AMARRADAS, ESPANCADAS E UMA DELAS APUNHALADA. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. PRECEDENTES.**

*1. A necessidade da segregação cautelar se encontra fundamentada na garantia da ordem pública em razão da periculosidade dos recorrentes, caracterizada pelo "modus operandi", perpetrado em comparsaria e com uso de arma de fogo, com privação de liberdade, violência e grave ameaça, arrombaram a porta de entrada da propriedade rural das vítimas e as subjugaram com espancamentos e ameaças, inclusive amarrando-as e lesionando no peito uma delas com arma perfurocortante, para subtraírem utensílio agrícola, quantia em dinheiro, uma espingarda e mantimentos.*

*2. Recurso em 'habeas corpus' a que se nega provimento" (RHC n. 46.189/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Moura Ribeiro, DJe de 27/5/2014).*

**"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. RECEPÇÃO. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOS DE VEÍCULO AUTOMOTOR. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MODUS OPERANDI.**



*INTEGRANTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ESTRUTURADA E COM DIVISÃO DE TAREFES. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO. INSUFICIÊNCIA À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.*

*1. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, evidenciada no modus operandi do delito, pois estamos diante de vários delitos de grande gravidade, delitos estes que vem causando prejuízo patrimonial e psicológico as vítimas, sendo que alguns são praticados com violência e grave ameaça, além de fomentar a prática de outros delitos, como o fornecimento de veículos adulterados a outras organizações criminosas e troca por drogas e armas de fogo, bem como na participação do recorrente em organização criminosa, tendo em vista que os acusados possuem uma organização bem estruturada e com divisão de tarefas, não há que se falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.*

*2. Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública.*

*3. Recurso em habeas corpus improvido" (RHC n. 91.549/MG, Sexta Turma, Rel. Min. Nefi Cordeiro, DJe de 08/03/2018).*

Não se pode olvidar, ainda, que **o paciente está foragido**, conforme consignado pelas instâncias originárias, o que também justifica a indispensabilidade da medida extrema para **assegurar a aplicação da lei penal**.

Nesse contexto, a Jurisprudência desta Corte se firmou no sentido de que **a devida caracterização da fuga do distrito da culpa enseja motivo suficiente a embasar a manutenção da constrição cautelar decretada**.

Acerca da **quaestio**, colaciono os seguintes julgados dessa Corte Superior:

*"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RÉU FORAGIDO. NECESSIDADE DE ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. RECURSO*

**ORDINÁRIO DESPROVIDO.**

*I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*II - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, aptos a demonstrar a indispensabilidade da prisão para assegurar a aplicação da lei penal, uma vez que o agente não foi encontrado para ser citado.*

*III - "Comprovado que o réu teve a vontade livre de se furtar aos chamamentos judiciais, resta configurada, pelas circunstâncias do caso concreto, o pressuposto de cautelaridade da garantia de aplicação da lei penal" (RHC n. 67.404/DF, Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 7/4/2016, DJe de 19/4/2016).*

*IV - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao recorrente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, o que ocorre na hipótese Recurso ordinário desprovido" (RHC n. 95.082/AL, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 21/03/2018, grifei).*

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. REITERAÇÃO DELITIVA E CONDIÇÃO DE FORAGIDO. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. COMPROVAÇÃO DE AUTORIA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. VEDAÇÃO. DENÚNCIA OFERTADA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.**

*1. O habeas corpus encontra limites inerentes à sua natureza mandamental e urgente, para atingir o seu escopo precípua de afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir. Por tal razão, acerca da autoria delitiva, além de exigir prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória, não admite imersão vertical NAS provas carreadas nos autos que tramitam nas instâncias de origem e que, por conseguinte, ainda serão por elas examinadas com a reclamada profundidade.*

*2. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em*

*assinalar que a determinação de segregar cautelarmente o réu deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.*

*3. Na espécie, a custódia imposta está lastreada na necessidade de resguardar-se eventual aplicação da lei penal, tendo em vista que o paciente, além de ostentar evidente periculosidade, em razão do modus operandi e da reiteração delitiva, estava ciente de que contra ele havia inquérito instaurado para a apuração dos fatos, mudou de endereço sem comunicar às autoridades, e, até o momento, não há notícia de que haja sido localizado, de forma a indicar o risco concreto à aplicação da lei penal.*

*4. Não há excesso de prazo, uma vez que, apesar de ofertada a denúncia, a mencionada demora na formação da culpa deve ser atribuída ao próprio paciente, que, por estar foragido, ainda não foi encontrado para receber eventual citação e, dessa forma, permitir o início da fase instrutória.*

*5. Recurso ordinário não provido" (RHC n. 88.898/SC, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 04/12/2017).*

Por fim, deve-se ressaltar que a presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, **como na hipótese**. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra a existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem, ainda que de ofício.

Ante todo o exposto, com fulcro no art. 34, incisos XVIII, alínea a, e XX, do RISTJ, não conheço do presente **habeas corpus**.

P. e I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator